



# *Prefeitura Municipal de Marmeleiro*

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Marmeleiro, 26 de novembro de 2021

**Processo Administrativo n.º 191/2021****Pregão Eletrônico n.º 117/2021****Parecer n.º 644/2021**

Trata-se de parecer jurídico acerca do Processo Administrativo n.º 191/2021, na modalidade Pregão Eletrônico n.º 117/2021, tipo Menor Preço, futura e eventual contratação de empresa para fornecimento e instalação de decoração natalina.

Concluída a sessão do Pregão, o procedimento licitatório foi encaminhado a esta procuradoria jurídica para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Verifica-se que esta Procuradoria Jurídica já se manifestou nos autos, inicialmente, por meio do Termo de Instrução n.º 014/2021, apontando a discrepância entre a forma de execução e os orçamentos apresentados. Tal expediente foi corrigido. Considerando os ajustes realizados, houve a necessidade de adequação da dotação orçamentária, que foi objeto de apontamento pela controladoria interna e abordado no Parecer Jurídico n.º 562/2021, cuja manifestação também concluiu pela regularidade da minuta do edital, bem quanto aos aspectos da fase interna do pregão em tela, indicando a readequação em relação à dotação.

Após as retificações o certame teve seu prosseguimento.

Em relação à fase externa, observa-se que houve a devida publicação do Edital para a convocação dos interessados. Esta se deu na data de 29 de outubro de 2021. A abertura do recebimento das propostas iniciou no dia 29 de outubro de 2021, sendo o término na data de 22 de novembro de 2021. A sessão de disputa de preços marcada para 22 de novembro de 2021. Assim foi observado o prazo mínimo de 08 dias úteis, determinado pelo inciso V, do art. 4º da Lei 10.520/02.

O critério de julgamento do menor preço foi atendido, sendo aberta às licitantes a possibilidade de oferecer seus lances.

Superada esta fase e recebida a documentação de habilitação da empresa vencedora na forma prevista no Edital, a Pregoeira constatou a regularidade, sendo adjudicados os itens de acordo com a classificação.

Não houve interposição recursal.

Tendo em vista a condução feita pela Pregoeira e Equipe de apoio quanto à forma, conteúdo e atendimento aos preceitos legais e considerando que as propostas estão em conformidade com as exigências e requisitos especificados, manifesto-me pela homologação do presente certame.

É o parecer.

  
**Ederson R. Dalla Costa**  
Procurador Jurídico



Marmeleiro, 26 de novembro de 2021.

## Parecer Controle Interno n.º 320/2021

O Processo em análise por esse controle é referente ao procedimento licitatório de nº 191/2021 na modalidade Pregão Eletrônico nº 117/2021, tipo “menor preço global do lote”, objetivando a contratação de empresa para locação, execução, manutenção e retirada da decoração ornamental e iluminação natalina de Marmeleiro.

### DA ANÁLISE PROCEDIMENTAL

Em exame, quanto aos atos procedimentais na fase interna e externa verificou-se que:

Por se tratar de uma licitação para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens comuns, o processo é analisado com base na lei nº 10.520/02, e lei nº 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação, a análise dos autos demonstra que o processo encontra-se instruído com as seguintes peças:

1. Houve requerimento e justificativa de necessidade da contratação;
2. Houve cotações de preços para apuração de preço médio;
3. O objeto a ser licitado foi devidamente especificado no termo de referência;
4. Há comprovação de existência de crédito orçamentário;
5. Há comprovação de adequação orçamentária e financeira;
6. O procedimento licitatório foi devidamente autuado, juntando seu edital e anexos;
7. Consta Parecer inicial da Coordenadora da Unidade de Controle Interno;
8. Consta Parecer inicial do Procurador Jurídico;
9. Foi juntado pedido de alteração do Termo de Referência;
10. Consta documento para verificação de recurso orçamentário;
11. Foi juntado Parecer Contábil referente ao recurso orçamentário;
12. Consta Parecer do Sr. Prefeito autorizando a abertura do edital;
13. Foi juntado aviso de licitação;
14. Existe Pregoeiro designada na forma da lei;
15. O edital foi devidamente publicado no diário oficial, sítio eletrônico oficial do município e mural de licitações junto ao TCE/PR;
16. Foi juntado ao Edital a lista dos itens conforme lançamento junto a plataforma COMPRASNET;
17. Foram juntados aos autos proposta de preços em via original;
18. Foram juntadas documentação pertinente a habilitação;
19. A ata de Realização do certame está devidamente assinada pela pregoeira e equipe de apoio;
20. Existe termo de Resultado de Julgamento do certame;
21. Existe termo de Adjudicação ao vencedor do certame;
22. Consta Parecer final do Procurador Jurídico;

### CONCLUSÃO

Após análise das fases internas e externas do procedimento licitatório esta Controladoria, declara que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto para gerar despesas para a municipalidade.

Desta feita, considerando que o procedimento em curso está de acordo com a legislação vigente, encaminhem-se os autos para a Pregoeira deste processo, para a homologação e prosseguimento do processo.

É o parecer.

  
**Luciana Arisi**

Coordenadora da Unidade de Controle Interno